

**GT: 09 - CARTAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO: um convite aos diálogos multidisciplinares**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM JAGUARÃO: PARA ALÉM DO 20 DE NOVEMBRO**

Fernanda Vitória Nunes<sup>1</sup>

Luciana Contreira Domingo<sup>2</sup>

Jaguarão, dezembro de 2025.

Às Professoras e Professores da rede municipal de Jaguarão,

Prezadas/os professoras e professores, como vocês estão? Nesta Carta Pedagógica, convido vocês a terem uma leitura atenta, afetuosa, reflexiva e crítica a respeito da construção de uma educação mais equitativa no município de Jaguarão/RS. Sendo assim, esta Carta tem como objetivo refletir sobre as práticas pedagógicas antirracistas realizadas pelos professores/as nas escolas municipais de Jaguarão.

O gênero Carta Pedagógica na perspectiva do educador Paulo Freire, é um instrumento que possibilita o diálogo, a formação, a reflexão e a crítica como prática de uma educação libertadora. Posto isso, “escrever Cartas Pedagógicas é construir uma tecitura de palavras que costuram sonhos, esperanças, emoções, leituras de mundo, lutas, anúncios e denúncias” (Claro; Pereira, 2025, p. 23).

Então, antes de iniciar a nossa conversa, vou me apresentar brevemente e situá-los do meu lugar de fala a partir das minhas vivências enquanto estudante, pesquisadora, mulher negra e futura professora atuando em sala de aula. Me chamo Fernanda Vitória Nunes, filha de Rosa Maria Vitória e Luiz Fernando Nunes. Tenho 36 anos, sou natural Jaguarão, nascida e criada no bairro Kennedy. Sou formada em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), e mestranda em Educação pela mesma instituição. Atualmente, estou

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Unipampa, PPGEdu, [fernandanunes.aluno@unipampa.edu.br](mailto:fernandanunes.aluno@unipampa.edu.br).

<sup>2</sup> Doutorado em Letras, Unipampa, [lucianadomingo@unipampa.edu.br](mailto:lucianadomingo@unipampa.edu.br). (orientadora).

como servidora pública municipal no cargo de Monitora de Pessoas com Deficiência, no qual acompanho um estudante do ensino fundamental (anos iniciais) nas suas atividades laborais em sala de aula.

Minha trajetória escolar, desde o ensino básico até o superior, é marcada por atravessamentos que envolvem questões raciais, sendo a falta de representatividade uma delas. No ensino fundamental, as aulas que retratavam o Brasil colônia geravam muito constrangimento porque os olhares sempre se voltavam para mim e para os outros colegas negros (quando eu não era a única aluna negra da sala).

Esses olhares eram de curiosidade, apontamentos, julgamentos, tanto dos alunos como dos professores - que muitas vezes usavam os alunos negros como exemplos para falar da escravização. Essas situações me provocavam um sentimento de não pertencimento, como se fosse “errado” ser negro. Isso se dava porque as narrativas dos afro-brasileiros e africanos eram contadas somente da perspectiva do colonizador. Ou seja, o negro só era visto como escravizado e em situações de subalternidade.

Nos dias atuais, percebo que não mudou muita coisa no que diz respeito ao modo como os educadores abordam a história africana e da diáspora em suas práticas pedagógicas. Contudo, temos hoje políticas públicas e marcadores legais que reparam historicamente os saberes outros silenciados. Tendo isso em vista, a Lei Federal 10.639/03 torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas. Sua aplicação deve se entender por toda a grade curricular.

Portanto, caros professores e professoras, o intuito desta carta não é julgar o trabalho de vocês, pois sou ciente das demandas e desafios que a carreira docente impõe. A intenção aqui é propor um momento de reflexão a respeito do modo como tratamos a diversidade étnico-racial no dia a dia de sala de aula. É fundamental estar atenta/o ao mundo tão desigual que vivemos, sobretudo, a desigualdade racial brasileira que reflete na educação e autoestima de crianças e jovens negras/os.

De acordo com a pesquisa “Diagnósticos da educação antirracista no Brasil”, desenvolvida pelo Projeto SETA em 2024, revela que a cada 10 pessoas que relataram ter sofrido racismo, 3,8 foram vítimas da violência em escolas. Esse estudo mostra que o ambiente escolar acaba sendo, muitas vezes, o primeiro contato de crianças e jovens negras/os com o racismo. Dessa maneira, o

preconceito sofrido por crianças negras, indígenas e quilombolas na escola resulta em histórias traumáticas que “vai acarretar efeitos psicossociais muitas vezes paralisantes em suas trajetórias educacionais” (Santos, 2024, p. 50). Sendo assim, é necessário que os docentes tenham consciência desta violência que afeta o cotidiano e a aprendizagem de crianças negras e não negras.

Para Freire (1992, p. 203), “a educação nunca foi neutra e não será agora”, ou seja, ser um professor que atua a favor de uma educação libertadora, é um ato político que vai contra o sistema hegemônico. Hooks (2017), aprendeu com Paulo Freire que a pedagogia crítica é a base para que o aprendizado seja libertador. E assim, contribui para questionar os sistemas de dominação (como o racismo) através das práticas pedagógicas. Dessa forma, Pinheiro (2023, p. 67), nos lembra do compromisso de sermos educadores antirracistas, pelo fato de vivermos em um país estruturalmente racista. E sendo a escola o reflexo dessa sociedade, é primordial que pensemos em ações que combatam essas mazelas no sistema educacional.

Já ouvi de professoras e professores, que não se sentem preparadas/os para abordar a questão racial em sala de aula, ou que é preciso ter um profissional específico para fazer essa função, portanto, esse discurso precisa acabar. O dever de ensinar para as relações étnico-raciais é de todos e demanda muito estudo.

Sendo assim, o Letramento Racial Crítico (LRC) é uma importante ferramenta de conscientização e reconhecimento do racismo. Segundo Ferreira (2022, p. 213), o LRC possibilita o nosso próprio entendimento sobre raça e racismo nas diferentes esferas sociais. Assim, “as práticas do LRC exercidas no cotidiano de sala de aula podem colaborar para uma educação e reflexão crítica para que tenhamos equidade às questões de identidade racial negra”.

De acordo com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), faz parte de um processo de formação que precisa ser feito a partir da maneira como nos dirigimos uns aos outros para romper com padrões de inferioridade e superioridade entre as pessoas de diferentes etnias, a fim de combater as desigualdades raciais e sociais. Diante disso, professoras/es, convido-os a revisarem suas práticas pedagógicas e a pensarmos juntos/as formas de trabalhar em prol de uma educação que seja de fato para todos/as.

Recentemente a Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão foi premiada com o Selo Petronilha Beatriz de ERER promovido pelo MEC, por desenvolver boas

práticas na promoção da equidade racial nas escolas. E, também, o município promulgou a Lei 7.429/25 para combater o racismo nas escolas através da inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos. Como vocês receberam essas notícias? Em que momento vocês trabalham a questão racial em sala de aula? Acreditam que as escolas municipais de Jaguarão estejam desenvolvendo ações antirracista de maneira efetiva e compromissada? Vocês recebem formação? Conhecem a intelectual homenageada no Selo?

Esses questionamentos são importantes para possibilitar a quebra do ciclo de trabalhar com os conteúdos da Lei 10.639/03 de forma pontual na Semana da Consciência Negra. Na maioria das vezes, as questões raciais são abordadas de forma descontextualizada e estereotipada, fazendo o movimento contrário proposto pelo 20 de novembro.

Dado isso, não terei as respostas imediatas de vocês aos questionamento que fiz aqui nesta carta. Porém, instigo-os a pensar sobre a forma de educar para as relações raciais, porque como nos diz Freire (1992, p.203): “A sua tarefa de ensinar é uma tarefa que, ao mesmo tempo que ensina, re-corda, re-aprende, re-conhece e possibilita o conhecer dos alunos e alunas”.

E com essa reflexão do educador Paulo Freire, me despeço, queridas/os professoras/es. Que suas (e minhas) práticas pedagógicas sejam de aprendizados, estudos, formação, valorização do ensino e que contribua positivamente para uma educação cada vez mais democrática, equitativa e antirracista. Sobretudo, que auxilie no desenvolvimento social de estudantes negros/as e não negros da cidade de Jaguarão.

Com carinho,  
Fernanda

**Palavras-chave:** Educação antirracista. Equidade no ensino municipal de Jaguarão. Educação das relações étnico-raciais.

**Referências:**

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: [L10639 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: Set. 2025.

CLARO, Lisiane Costa; PEREIRA, Roberta Ávila. **Carta-Apresentação**. In: Cartas Pedagógicas: (re)formar(-se) por meio das experiências. [Recurso Eletrônico]. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2025. Disponível em: [Cartas pedagógicas: \(re\)formar\(-se\) por meio das experiências](#). Acesso em: Out. 2025.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento Racial Crítico**. In: Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação popular na América Latina: contextualização e possibilidades nos processos de transição**. 1992, p. 199-212.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF, 2017.

JAGUARÃO. Lei nº 7.429, de 17 de abril de 2025. Aprova as diretrizes para enfrentamento ao racismo nas escolas públicas municipais de Jaguarão. Jaguarão, 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, Jaqueline Lima. [et.al]. **Pesquisa percepções sobre o racismo no Brasil** [livro eletrônico]. 1 ed. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2024.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, v. 30, n. 3, p. 489-506, set/dez. 2007.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/2745>.. Acesso em: Set. 2025.